**DECLARAÇÃO**

Eu, **NOME DO DECLARANTE**, RG **000**.**000**.**000**, **SSP**/**MS**, CPF **000**.**000**.**000**-**00**, declaro, sob as penas da lei:

1. Não ser filiado a partido político e não exercer atividade político partidária;
2. Não advogar no Sistema do Juizado Especial da comarca onde pretendo exercer a função de Juiz Leigo, inclusive, nos juizados especiais da fazenda pública em todo o sistema nacional, nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução CNJ n. 174, de 12.04.2013 e art. 67, § 5º da Lei Estadual n. 1.071/90;
3. Não ser cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, de qualquer membro do Tribunal de Justiça ou juízes vinculados, ou mesmo servidores investido em cargos de direção ou assessoramento no âmbito do Poder Judiciário, esferas estadual e federal, nos termos que dispõe os incisos I, II e III, do art. 2º, da Resolução n. 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de justiça;
4. Não acumular função auxiliar remunerada de Juiz Leigo com outra remunerada de cargo público, estendendo-se a empregos e funções abrangentes a autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nos termos do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal;
5. Estar ciente de que, ocorrendo qualquer alteração nos termos deste documento, darei pleno conhecimento ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Mato Grosso do Sul.

Cidade, MS, \_\_ de mês de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME DO DECLARANTE**